

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 184ª Reunião Ordinária – Ano 2017
21 de Dezembro de 2017

001 Aos 21 (vinte e um) dias do mês de Dezembro do ano de 2017 (dois mil e
002 dezessete), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES,
003 reuniu-se para a 184ª (centésima octogésima quarta) Reunião Ordinária no
004 período de 14:00 às 18:00 horas no auditório da Secretaria de Estado de
005 Saúde (SESA), localizada na Enseada do Suá, Vitória-ES sob a Presidência
006 da Presidente do CES, conselheira Joseni Valim de Araujo e do Secretário
007 Executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com
008 a presença dos Conselheiros (as): Fabrício Gaeede (Serviços Privados pelo
009 SUS), Rogenir Roque Rodrigues (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES),
010 Willian Fontes (SINDPISI-ES), Fabiano Marily (SESA), Engre Beilke Tenório
011 (SESA), Eliana Baptista (SINODONTO), Eliana Aparecida do Nascimento
012 (SINDSAÚDE), Carmen Lúcia Mariano da Silva (Serviços Privados pelo SUS),
013 Daniel Pereira da Silva (SINDSAÚDE), Dauri Correia da Silva (FAMOPES),
014 Valeska Fernandes Moraes (SINDIENFERMEIROS), Antônio Onofre de Souza
015 Oliveira (SINDIENFERMEIROS), Alexandre de Azevedo Correia (SINODONTO),
016 Vera Lúcia Peruchi (COSEMS-ES), Gleicy dos Santos da Vitória (FAMOPES),
017 Maria Lucia dos Santos Mariano (FAMOPES), Gilson Mesquita de Faria
018 (ACAPEMA), Lindomar Alves Scalfoni (FAMOPES), João Carlos dos Santos
019 (SINTAPI), Elci Lobão Medeiros (CUT), Maria das Graças Loureiro da Silva
020 (Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial), Mônica Ribeiro Mesquita
021 Vasconcellos (AMAES). Justificaram a ausência: Francisco José Dias (SESA),
022 Robertta Steffanya Fernandes Queiroz (SINDPISI-ES), José Aprígio Barbosa
023 (UNICEP), Marcos dos Santos (FAMOPES). A presidente do Conselho Estadual
024 de Saúde, conselheira Joseni Valim deseja boa tarde a todos. Após a
025 contagem dos presentes e a constatação do quórum se inicia a reunião. A
026 Presidente Joseni Valim de Araujo nesse momento convoca a secretaria
027 executiva para que permaneça dentro da sala e segue fazendo menção de
028 gratidão a todos os conselheiros e colaboradores salientando a importância da
029 confraternização durante todo ano, após esta fala solicita ao Secretário
030 Executivo Alexandre de Oliveira Fraga que apresente os **INFORMES**: Of.
031 286/2017 – AEBES – Recebimento de verbas oriundas de emendas
032 parlamentares para aquisição de equipamentos, materiais hospitalares
033 diversos e veículo, totalizando R\$ 3.263.000,00 (três milhões e duzentos e
034 sessenta e três mil reais). Relatório de Auditoria realizada no município de
035 Itarana Of. 222/2017 – Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Dá
036 conhecimento do convênio nº 823718/2015, firmado entre a Irmandade
037 Santa Casa de Misericórdia de Vitória e o Ministério da Saúde para aquisição
038 de equipamentos no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Of.
039 210/2017 – Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Santa
040 Leopoldina – Hospital Nossa Senhora da Penha – Informa a aquisição de
041 equipamentos através do Convênio 835092/2016 celebrado junto ao
042 Ministério da Saúde, proveniente de emenda parlamentar do Dep. Federal
043 Max Filho. Reunião do CNS com os CES e Coordenação Nacional de Plenárias
044 de Conselhos de Saúde. Após a apresentação dos informes a presidente
045 Joseni Valim, informa que em 2018 será dada continuidade as reuniões com
046 representantes dos Conselhos Estaduais para uma agenda e ressalta que

047 começaram com o evento Conselho Presente para trabalharem essa base.
048 Estiveram reunidos com vários presidentes e coordenação de plenária para
049 poder trabalhar. Diz que a agenda continua em 2018, os encontros com os
050 presidentes e coordenadores de Conselhos Estaduais, representantes do
051 Estado nessa reunião, da mesma forma estão tentando trabalhar com os
052 municípios. A presidente informa que o Conselho Estadual está fazendo um
053 calendário que será apresentado até fevereiro. Nesse momento o secretário
054 executivo Alexandre de Oliveira complementa ao dizer que um dos objetivos
055 dessa reunião foi dar início ao processo de construção da Décima Sexta
056 Conferência Nacional de Saúde, que diferente das últimas duas que
057 aconteceram tanto a décima quarta, quanto a décima quinta, deverão ocorrer
058 no primeiro semestre de dois mil e dezenove, diferente das outras, realizadas
059 em novembro e dezembro, inclusive o tema será a "Oitava Conferência de
060 Saúde, mais oito". Pretende-se com isso fazer um processo de avaliação da
061 construção do SUS. Diz que estão trabalhando para que ocorra no primeiro
062 semestre de dois mil e dezenove, dessa forma certamente os calendários das
063 etapas municipais e estaduais deverão acontecer a partir do final de dois mil e
064 dezoito. Os prazos devem ser divulgados a partir de fevereiro, por tanto,
065 devem estar preparados. A presidente Joseni Valim informa que esteve
066 presente em Guarapari, com a presença do ministro da saúde, pois, foi
067 convidada para solenidade, surgiu à questão de emendas parlamentares, que
068 trouxe dinheiro da bancada, que está trazendo dinheiro para o Estado. Cabe
069 agora ao conselho fiscalizar esse dinheiro, como vai ser aplicado e seu
070 direcionamento. No município de Cariacica, a questão do Hospital Geral,
071 quatrocentos leitos, não é pouco dinheiro que será investido. Estiveram
072 presentes no Palácio Anchieta o conselheiro João Carlos e o conselheiro
073 Fabrício Gaede, representando o Conselho Estadual de Saúde. Fala sobre a
074 importância da gestão na utilização do dinheiro e faz destaque a presença da
075 Senhora Margarete, salientando novamente a importância da fiscalização.
076 Nesse momento a Conselheira Graça denuncia a falta de respeito com os que
077 fazem o controle social, por parte do coordenador Nacional de Saúde Mental,
078 senhor Quirino, que fez uma apresentação da nova política em Saúde Mental,
079 na Comissão Intercetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora CISTT.
080 Prossegue ao dizer que a falta de respeito é tão grande que uma simples
081 apresentação, conseguiu apresentar o desmonte da Saúde Mental. Informa
082 terem trabalhado trinta anos defendendo um modelo de Saúde Mental que
083 garante autonomia, o direito de ir e vir, o tratamento em liberdade para
084 pessoas com transtorno mental e agora, com essa nova política, a volta dos
085 manicômios, onde as pessoas não têm direito de ser sujeitos de direitos.
086 Denuncia essa política e discorda totalmente dela, uma vez que fazem um
087 discurso que não tem dinheiro pra aumentar e implementar a rede de atenção
088 psicossocial, modelo no qual acredita, no entanto, a política que é
089 apresentada, vai gastar muito mais. Informa que tentou colocar em pauta
090 esse assunto, porque os secretários estaduais tem prazo para dar uma
091 resposta. Deixa registrado seu descontentamento em relação a nova política
092 de saúde mental, aprovada nessa comissão. Diz que defendem uma
093 sociedade sem manicômios. O Senhor Gilson Mesquita deixar registrado que:
094 Está decepcionado com a atuação de todos os usuários. Essa transição de
095 governo para usuários devem observar o que os une, o que os separa, qual
096 avanço teve até agora, o que melhorou no conselho. Informa que chamou a
097 atenção do conselheiro Marcos Santos, no sentido de se reunirem em 2018,
098 para estabelecer uma meta a seguir, em relação a leitos, cirurgias,
099 especialidades, judicialização da saúde, aos privilegiados dessas informações
100 que passam na frente. Segundo o mesmo, no Vitória Apart tem cinco cirurgias

101 compradas a mando da justiça e o conselho não tem conhecimento, porém,
102 deveria ter. A justiça deveria receber do conselho quem são essas pessoas
103 que estão agindo assim. O Estado deixa de ofertar o serviço ao cidadão. Diz
104 que o conselho não pode continuar desconhecendo a existência desse furo de
105 filas, e cobrar da gestão a questão da fila única da regulação de marcação de
106 especialidades, pois, o paciente fica um ano e seis meses esperando, é
107 tratado com descaso e para realizar um exame de mamografia é um caos. Diz
108 estar decepcionado, que a estrutura do conselho tem que se renovar. Informa
109 que não conseguiram fiscalizar o investimento no Hospital Jayme. Prossegue
110 ao se dirigir a presidente Joseni Valim quando diz que é fácil dizer que devem
111 fiscalizar. Diz estarem caindo na mesma ladainha de sempre e se não mudar,
112 vai denunciar, pois, aprovar contas e atos administrativos é muito fácil. Fica
113 registrada sua indignação. A presidente Joseni Valim reforça a informação de
114 que a oportunidade é para informes e passa a palavra ao conselheiro Dauri
115 Correia que cumprimenta o pleno e informa que: no dia 05 de dezembro na
116 sessão plenária do Conselho municipal de Cariacica fizeram um
117 questionamento quanto ao município descumprir o parágrafo segundo do
118 artigo 36, da lei nº 141/2012. Explica qual é o objetivo efetivo desse
119 parágrafo e a importância dos instrumentos que organizam a saúde,
120 ressaltando que há uma questão que é o Plano Anual da saúde 2018, que a
121 prefeitura não apresentou no prazo, embora houvesse uma justificativa de
122 que a maioria absoluta dos municípios do Brasil faz isso, no entanto,
123 enquanto controle social de Cariacica exige o cumprimento da lei, e a lei é
124 extremamente objetiva. Informa ainda que traz este relato a pedido dos
125 companheiros do conselho em Cariacica e que no dia 13 de janeiro de 2018,
126 haverá reunião da FAMOPE, na APAE de Cariacica. Acrescenta que a Pastoral
127 da Saúde e a CADE discutirão acerca de ações a serem empreendidas e que o
128 Ministério Público divergiu da decisão do município. A conselheira Valeska
129 informa que no dia 19-12-17, ocorreu o seminário de terceirização, altamente
130 enriquecedor. Ressalta que perguntou o que será feito com mais da metade
131 do salário da enfermagem, que pela OS, recebe quatro vezes menos, mais a
132 pessoa responsável pela apresentação não soube informar por não saber o
133 valor do salário pago pelas OSS, continua ao dizer que foi respondido que o
134 dinheiro correspondia ao aumento de metas. Finaliza convocando os membros
135 dos conselhos gestores dos hospitais, que façam uma reflexão. A presidente
136 novamente salienta qual o objetivo do momento dos informes, tendo no
137 regimento outro espaço para tribuna livre. O Secretário Executivo do CES
138 Alexandre de Oliveira Fraga informa que o conselheiro João Carlos dos Santos
139 apresentou um requerimento com o seguinte texto: *"Ao Conselho Estadual de*
140 *Saúde, requerente Eu, João Carlos dos Santos, conselheiro suplente do CES,*
141 *considerando as denúncias que venho recebendo de usuários do SUS*
142 *referente ao aumento dos casos de óbitos registrados no HIMABA, venho*
143 *requerer que o Conselho Estadual de Saúde delibere por solicitar completa*
144 *investigação de todos os óbitos ocorridos no referido hospital através do*
145 *Comitê Estadual de Investigação de Mortalidade Infantil e da gerência de*
146 *auditoria da SESA e que no prazo de sessenta dias seja apresentado relatório*
147 *para CES para conhecimento e encaminhamento, Vitória 21/12/2017"*- João
148 Carlos dos Santos, conselheiro suplente – representante do SIDINAPI. O
149 Conselheiro João Carlos (Barata) diz ter feito esse requerimento e apesar de
150 não ter o dom com as palavras, quando precisa pede ajuda e é atendido.
151 Continua ao dizer que por vezes se exalta, briga, mas, é por ser usuário do
152 SUS e precisar dos serviços que são prestados, que é 100% usuário. Informa
153 que 2018 é seu último ano, pois, está findando seu mandato. Diz que faz
154 parte do Conselho Municipal de Saúde de Vitória e convida a todos os

155 Conselheiros Estaduais a irem à posse que ocorrerá às 18 horas daquele dia.
156 A presidente complementa a informação do conselheiro dizendo que será no
157 Auditório da Prefeitura Municipal de Vitória, às 18 horas. Informa ainda que o
158 encaminhamento solicitado pelo conselheiro será seguido e que a Comissão
159 de Direitos Humanos vai acompanhar a resposta, pois, o momento que
160 chegam encaminhamentos é automático para o Conselho. Informa que o
161 conselheiro João Carlos dos Santos pediu para constar que será encaminhado
162 oficialmente, e que todo o Conselho Estadual de Saúde delibere
163 automaticamente. Foi consultado ao Pleno para manifestar-se a favor do
164 procedimento. Informa o segundo ponto de pauta. - **Pauta 2: Aprovação da**
165 **Ata 183º Reunião Ordinária.** O secretário executivo Alexandre de Oliveira
166 agradece ao conselheiro Dauri Correia pela série de correções de português
167 feitas na ata. A conselheira Eliana Baptista fez considerações às linhas
168 duzentos e vinte e oito a duzentos e trinta e dois, destacando que não
169 entendeu bem, mas é automaticamente identificado que já foram feitas as
170 adequações nas linhas citadas. A conselheira Maria Maruza salienta que a ata
171 está sendo transcrita e muitas vezes não se entende o que foi transcrito pela
172 forma que foi falado. A servidora Vânia Chisté assume a palavra e informa
173 que fala em nome da Secretaria Executiva do CES que as atas são transcritas
174 e se alguns dos conselheiros não sabem se expressar ao microfone, não cabe
175 ao apoio administrativo fazer as correções, porque português é o mínimo que
176 os conselheiros deveriam saber. Se o Pleno não estiver de acordo com a
177 transcrição da ata, que devolva por email a secretaria executiva com as
178 devidas correções, não precisa grifar, nem fazer observações inadequadas,
179 pois, toda ajuda construtiva para a equipe administrativa é bem vinda. O
180 conselheiro Gilson Mesquita destaca a importância das condições adequadas
181 de trabalho para uma melhor resolutividade. A presidente Joseni Valim
182 pergunta ao Pleno e a conselheira Maria Maruza se essas correções alteram o
183 sentido do texto? A conselheira Maria Maruza responde que Vânia falou o que
184 ela disse na reunião passada e não há alteração. Prossegue ao dizer que
185 quem não estiver presente na reunião, ao ler a ata tem que entender o que
186 se passou, e quando transcrita, tem coisas que se lê e não se entende, pois
187 foi transcrito. Da razão a fala do apoio executivo. Diz que a dificuldade não é
188 por falta de equipamento, é o que se fala e a maneira como a pessoa se
189 expressa ao microfone, pois, quem transcreve a ata não tem autoridade e
190 nem pode mudar o que foi falado. A presidente Joseni Valim ressalta *que o*
191 *conselheiro quando eleito não se pergunta sua graduação, principalmente os*
192 *usuários. A secretária executiva é o apoio, se o conselheiro disser que não*
193 *sabe escrever o apoio estará lá para isso.* Prossegue para o processo de
194 aprovação. O Pleno se manifesta, a ata é aprovada, a presidente agradece.
195 **Pauta 3 - Apreciação e aprovação da Proposta Orçamentária da**
196 **Secretaria de Estado da Saúde para o ano de 2018.** O conselheiro João
197 Carlos dos Santos diz ter ouvido falar que não haveria necessidade de
198 aprovação, pois, já passou pela Assembleia Legislativa e o orçamento foi
199 aprovado. Porém, o Ministério da Saúde defende que deve haver aprovação
200 sim do Conselho Estadual e por isso propõe, não só para a Proposta
201 Orçamentária, mas também, para o Contrato de Gestão e que pela primeira
202 vez se fizesse valer o regimento e convocassem uma Audiência Pública com
203 todas as Entidades que estão envolvidas no Conselho e após essa Audiência o
204 tema voltasse para o Conselho para ser aprovado. O conselheiro Dauri
205 Correia da Silva se inscreve para falar e diz que *toma a liberdade não só*
206 *acerca do orçamento de 2018, mas também do posicionamento da Comissão*
207 *de orçamento acerca das demais decisões, principalmente com relação ao*
208 *contrato do Hospital Jayme Santos Neves, foi analisado por último na*

209 comissão e os pareceres, pois, até sair de casa não havia recebido, portanto,
210 não estaria à vontade para aprovar nada. O conselheiro Gilson Mesquita
211 admite que a CIOF recebeu o contrato 2018 e em face dos desencontros, da
212 estrutura que possuíam, não apreciaram adequadamente. Diz estarem
213 perdendo tempo discutindo uma matéria que já está vencida e a mesma deve
214 ser aprovar com ressalva. A conselheira Gleicy dos Santos após
215 cumprimentar o pleno ressalta que vai fornecer uma explicação sobre a CIOF.
216 Informa que ainda estão recebendo documentos, se dirige aos conselheiros,
217 Gilson Mesquita e Dauri Correia ao dizer que a Assembleia Legislativa
218 aprovou, mas, como dia doze foi a última reunião e haviam acabado de
219 receber os documentos por CD e alguns conselheiros como a Maria Maruza
220 possui computador que não faz leitura de CD, no dia vinte o material não
221 havia chegado. Quanto à proposta do conselheiro Gilson Mesquita, aconselha
222 que passe a pauta, pois não iria dar parecer sem analisar o documento,
223 ressalta neste momento que a comissão precisa analisar as planilhas e
224 processos, documentos que chegaram no Conselho dia doze e dia quatro.
225 Ressalta que os pareceres que os conselheiros solicitaram necessitam da
226 análise, pois, os documentos chegaram no dia anterior. Afirma que os
227 documentos chegaram ao Conselho, mas o Conselho não conseguiu repassá-
228 los. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira informa que está havendo
229 uma pequena confusão por parte da Conselheira Gleicy dos Santos, pois, essa
230 matéria está em debate no Conselho desde agosto e veio em pauta, saiu de
231 pauta, foi feito seminário, audiência pública. Diz não ter chegado nada dia 12,
232 toda documentação que estava no conselho tem meses e inclusive foi
233 mandado emails pra cada um dos conselheiros solicitando que quem tivesse
234 interesse do contrato do Hospital Jayme Santos Neves que passassem no
235 Conselho pra pegar o CD, com todos os arquivos que estão digitalizados, não
236 sendo possível encaminhar por email. Informa que o CD está à disposição de
237 cada conselheiro que o solicitou e que esse assunto está registrado na ata.
238 Informa que é para esclarecer e eximir a Secretaria Executiva de qualquer
239 responsabilidade nesse caso. O conselheiro Gilson Mesquita diz ser preciso
240 ter clareza e aprovar com ressalva pela CIOF. Havendo descumprimento ou
241 alguma irregularidade, a CIOF vai apreciar todo o material, encaminhar ao
242 colegiado, se aprovar lá na frente, ou desaprovar. Conclui sua fala propondo
243 novamente que seja aprovado com ressalva. A Conselheira Maria Maruza se
244 recorda das duas reuniões com a presença de Eloá Ribeiro para explicar e
245 esclarecer as dúvidas e a CIOF depois dessas reuniões se reuniu duas vezes.
246 A primeira vez, depois da reunião. Diz que o conselheiro Francisco José Dias
247 esteve na reunião passada e fez a contra proposta do orçamento, que já está
248 aprovado na Assembleia Legislativa e se não aprovarem esse orçamento não
249 vai adiantar nada. Prossegue ao dizer que podem até não apreciar, no
250 entanto, tiveram tempo hábil sim. Informa que os documentos estavam
251 desde agosto no conselho, nesse tempo participou de três reuniões, duas com
252 Eloá Ribeiro. Aponta sobre a falta de foco nas reuniões. Na reunião passada
253 havia quatro pontos de pauta. Explana sobre os mesmos. Informa que o
254 contrato do Jayme tem um contrato mãe com dezenas de aditivos, questiona
255 como irá analisá-lo, não sendo economista, administradora, e sim
256 farmacêutica. Informa que precisa de um tempo ou alguém para fornecer a
257 assessoria contábil que não possuem. Precisa que ao menos venha alguém da
258 contratualização e esclareça essas questões e que não tiveram capacidade de
259 centrar forças num único ponto e analisar. A senhora Eloá Ribeiro diz só
260 querer ajudar porque são dois pontos diferentes. Para que não precise
261 recomeçar, pois se o tempo é curto, o tempo da gestão é ainda menor.
262 Informa que a correspondência dos prazos da gestão é muito difícil de

263 acontecer e o esforço no Estado é muito grande para que se tenha data de
264 cumprimento. Informa que está começando o ano, e o relatório deve ser feito
265 até 30 de abril. Diz não estar se justificando, mas a legislação criou um
266 conflito para gestão, com a questão de prazos. Informa que estiveram duas
267 vezes com o grupo e uma reunião não aconteceu. Relata terem feito à
268 proposta orçamentária a luz da programação anual, inclusive da programação
269 do conselho que citada anteriormente. Diz que em vários momentos tentaram
270 fazer essa explanação e acredita que a última reunião foi proveitosa porque
271 conseguiu mostrar onde se vê despesa, por exemplo, do Conselho, como era
272 a nomeação contábil, e ajudou a entender a proposta orçamentária. Diz que
273 nenhum plano e nenhuma programação é estática. Prossegue ao dizer que a
274 política da saúde tem que ser movimentada pela dinâmica da sociedade, do
275 mundo real, que é o território. A proposta Orçamentária tem essa
276 fundamentação, o quanto tenho de teto e recursos disponíveis, então se faz
277 uma discussão importante. O conselheiro João Carlos diz que fez uma
278 proposta para se realizar a Audiência Pública e isso não impede que a
279 proposta seja aprovada ou não, pois, a Audiência Pública nada mais é que dar
280 conhecimento aos que não participam do conselho e até mesmo para os
281 conselhos municipais, é uma forma de dar transparência ao que se passa no
282 conselho. Prossegue ao dizer que a lei deve ser cumprida e também os
283 prazos. Refere-se à discussão anterior sobre a falta de capacidade da CIOF
284 para concluir a análise, diz que se a comissão não tem parecer não deve ser
285 discutido. Solicita que sua sugestão quanto a Audiência Pública seja votada. A
286 presidente do Conselho Estadual Joseni Valim diz que existem dois
287 encaminhamentos a serem votados, sendo o primeiro a aprovação com
288 ressalva, questiona qual é a ressalva da comissão? A senhora Vera Peruch
289 sugere que a ressalva seja redigida da seguinte forma: considerando que a
290 CIOF não conseguiu analisar tempestivamente antes da aprovação pela
291 Assembleia Legislativa a Peça Orçamentária da SESA esse Conselho aprova
292 com ressalvas. A senhora Gleicy dos Santos da Vitória informa que a ressalva
293 deve ser redigida pelos membros da CIOF ou seu coordenador. O senhor
294 Gilson Mesquita diz que o colegiado é soberano para decidir, deliberar
295 independente das comissões, pois, o assunto está pautado e uma vez vencido
296 a matéria pela Assembleia Legislativa diante da intempestividade, da
297 incompetência de avaliação e aprovação pela comissão, uma vez lido,
298 qualquer voto contrário, procedimento da comissão ou não, que se faça uma
299 declaração de votos, porque está votando que sim e porque está votando que
300 não e depois acompanhar o desenrolar. O que não pode é ficar protelando. A
301 Presidente Joseni Valim diz mais uma vez que existem duas propostas de
302 encaminhamento que é a aprovação com ressalva e a proposta encaminhada
303 pelo conselheiro João Carlos sobre uma Audiência Pública, diz serem assuntos
304 independentes. Antes da votação a senhora Gleicy dos Santos da Vitória
305 contribui com o texto da ressalva, diz que a ressalva é que o orçamento está
306 em processo de análise na CIOF e dirige-se ao Senhor Gilson Mesquita ao
307 dizer que não é questão de incompetência, pois, a comissão não tem
308 condições de dar parecer antes de analisar. O conselheiro João Carlos solicita
309 que seja retirado de pauta já que a comissão não tem parecer. O Secretário
310 Executivo Alexandre de Oliveira diz que a matéria estava pautada para
311 reunião passada 183ª e por decisão da maioria do plenário a matéria foi
312 retirada da pauta para que a comissão pudesse analisar no prazo de 30 dias
313 até a próxima Reunião Ordinária que é a que ocorria no momento. Responde
314 a questão de ordem do conselheiro João Carlos ao ler o "Art. 17 Sempre que
315 um conselheiro julgar conveniente o adiamento da discussão de qualquer
316 proposição poderá requerê-lo verbalmente: I - o requerimento de adiamento

317 poderá ser apresentado a qualquer momento; II - quando for apresentado
318 mais de um requerimento de adiamento para a mesma proposição o plenário
319 deliberará pelo acolhimento de um dos requerimentos; III - tendo sido adiada
320 uma vez a discussão da matéria, só será novamente adiada quando requerida
321 pela maioria dos conselheiros; Regimento Interno do CES". Prossegue ao
322 dizer que a matéria saíra de pauta se a maioria dos conselheiros votarem em
323 que a mesma saia, não sendo acolhida a retirada de pauta o conselho irá
324 votar se vai aprovar a Proposta Orçamentária da forma que está, vai aprovar
325 com ressalva ou se vai reprovar. A maioria dos conselheiros decidem pela
326 retirada do ponto de pauta com 11 votos a favor, 4 contrários. **Pauta 4:**
327 **Relato dos Comitês intersetoriais.** Comitê 1- Comissão Intersetorial da
328 Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora- CISTT. A conselheira Maria Maruza
329 informa que haveria uma oficina no mês de novembro em parceria com a
330 CISTT Nacional que foi transferida para dezembro, mas infelizmente não
331 poderia ser feita segundo o Ministério da Saúde por falta de dinheiro para
332 passagens e outras desculpas. Informa que não houve a última reunião
333 devido ao desencontro de informações quanto ao horário em que a mesma
334 ocorreria. Informa que a proposta da oficina é tentar fazer com que os 78
335 municípios tenham suas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e
336 da Trabalhadora, e que venham participar das reuniões, pois, os municípios
337 estão muito apagados neste contexto. Informa que dos 78 municípios existem
338 13, e funcionando provavelmente só 5. Relatoria do Comitê 5- Conselhos
339 Gestores. A senhora Eliana Aparecida do Nascimento diz acreditar que seu
340 comitê é o único que está se reunindo, pois, estão fazendo as eleições de
341 conselhos gestores, faltando a Região Sul e terminando o Norte, mas, 70%
342 foi feito. A conselheira Maria Lúcia dos Santos complementa ao dizer que na
343 semana passada estiveram em Barra de São Francisco e Nova Venécia para
344 realizar as eleições, considera um avanço e elogia a recepção que tiveram.
345 Informa que esteve na Rede Cuidar e percebeu que o local estava vazio
346 enquanto o HIMABA está lotado. A Presidente Joseni Valim se dirige a
347 conselheira Maria Lúcia ao dizer que o processo da Rede Cuidar não é
348 Superlotar o local. Prossegue ao dizer que o tema proposto não é falar das
349 atividades que estão fazendo, pois, não estão avaliando, mas quando chegar
350 o momento será pontuado cada ponto positivo e negativo, será avaliado cada
351 sistema, cada serviço. Por isso a comissão está agilizando, para que cada
352 Unidade de Saúde tenha um "olhar lá dentro" e passe para o conselho. O
353 senhor Gilson Mesquita fala em nome da Comissão de Meio Ambiente, diz que
354 a mesma nunca se reuniu, não tem estrutura. Informa que a comissão é
355 importante, pois, vai tratar dos desastres provocados pela Vale do Rio Doce.
356 Solicita que a presidente Joseni Valim determine a Secretaria Executiva que
357 repasse os contatos dos membros da Comissão de Meio Ambiente para que
358 possam definir uma agenda. A Presidente Joseni Valim diz ter conversado
359 com o Secretário Executivo Alexandre de Oliveira para ajudar essas
360 comissões, portanto, serão convidadas outras entidades para participar,
361 assim como fez a CISTT. Foi levada uma lista de Entidades para CIOF, mas a
362 mesma não deliberou. Diz que ira fazer junto com o conselheiro Gilson
363 Mesquita outra listagem de algumas entidades e levar o encaminhamento
364 para comissão decidir e avaliar essas entidades e o mesmo processo com
365 outras comissões. O conselheiro Dauri correia solicita que após agendada a
366 reunião com a Comissão de Meio Ambiente que a representatividade do
367 Fórum Alternativo Mundial da Água- FAMA seja convidado a participar. **5º**
368 **ponto de pauta: Renovação do Contrato do Hospital Jaime Santos**
369 **Neves.** O conselheiro João Carlos questiona a comissão se existe um parecer,
370 ao ser respondido que não é solicitado a retirada do ponto de pauta. Seu
371
372
373
374
375

376 pedido é aprovado. **6º ponto de pauta: Apreciação e Aprovação do**
377 **Modelo de Gestão das Unidades de Saúde da SESA, conforme previsto**
378 **na meta da Diretriz IV do Plano Estadual de Saúde 2016/19.** A
379 presidente Joseni Valim informa que o conselheiro Fabiano Marily,
380 representante da SESA iria apresentar o tema, mas, solicitou a retirada do
381 ponto de pauta para a próxima reunião plenária, em virtude de estar em
382 reunião com outros diretores dos hospitais. **7º ponto de pauta: Apreciação**
383 **e Aprovação do Calendário do Conselho Estadual para o ano de 2018.**
384 A presidente Joseni Valim informa que o calendário anual está pronto e é
385 necessária apenas a aprovação do pleno, no entanto a primeira Reunião
386 Ordinária de 2018 ficou agendada para o dia 22 de fevereiro, pois, não foi
387 possível agendar para a terceira quinta-feira do mês. O secretário Alexandre
388 de Oliveira explica a razão desta data ao dizer que as reuniões do conselho
389 sempre aconteceram na 3ª quinta-feira do mês, no entanto, fizeram a
390 proposta para apresentar na mesa diretora, a própria exigiu que a reunião
391 fosse passada para o dia 22 (vinte e dois) de fevereiro em virtude de o dia 15
392 de fevereiro ser na quinta-feira logo após o feriado de Carnaval e a
393 possibilidade de não ter quórum, as demais seguiriam com a 3ª quinta-feira
394 do mês. Outro debate discutido foi em questão dos horários das reuniões, que
395 atualmente se iniciam às 14 horas e terminam às 18 horas. Foi apresentada
396 uma sugestão pela conselheira Elci Medeiros que as reuniões acontecessem
397 no horário matutino ao invés de serem no horário vespertino. A conselheira
398 Eliane Baptista diz ver problema em questão do horário, pois, não mora em
399 Vitória e teria que sair de casa muito cedo e também deve se respeitar o
400 horário de almoço. Solicita que essas situações sejam levadas em conta pelos
401 demais conselheiros. A presidente coloca em votação a proposta de manter o
402 horário da reunião às 14 horas e a mesma é aprovada sendo a primeira
403 reunião a ocorrer no dia 22 de fevereiro. **8º ponto de pauta: Apresentação**
404 **da Agenda de Atividades do CES para o ano de 2018.** O Secretário
405 Executivo do CES Alexandre de Oliveira explana sobre o primeiro item da
406 agenda: curso de capacitação de conselheiros está na programação anual e
407 essa matéria será realizada com os cursos feitos com o Conselho Estadual de
408 Saúde em parceria com o SEAC do Rio Grande do Sul, sendo agraciados por
409 mais um curso para o Espírito Santo, pois, já havia um mercado para os dias
410 8 e 9 e agora terá mais uma turma para os dias 22 e 23, foi proposto na Mesa
411 Diretora a divisão desses grupos, nos dias 8 e 9 terão um público de 80
412 participantes, duas turmas de 40 e será dedicado os dias 08 e 9 para região
413 metropolitana e o conselho Estadual de Saúde e desse total de participantes
414 70% são conselheiros e os outros 30% são atores das Sociedades
415 Organizadas. Informa que as inscrições ocorrem no site do programa de
416 capacitação e o Conselho irá divulgar. Informa que as turmas dos dias 22 e
417 23 serão divididas em dois grupos, onde uma turma irá para região Sul em
418 Cachoeiro de Itapemirim para atender aos conselhos municipais daquela
419 região e as entidades da Sociedade Organizada daquela região e o outro
420 grupo será em Linhares para atender a região Norte, Central, conselhos e as
421 Entidades Organizadas da região. Deixa claro que o Conselho Estadual de
422 Saúde não é o responsável pelas inscrições, mas sim, cada indivíduo do
423 público alvo que tenha interesse em participar. Informa que o processo de
424 seleção será feito pelo Conselho Estadual de Saúde. A conselheira Valeska
425 sugere que seja inserido o curso de relacionamento interpessoal. O Secretário
426 Alexandre de Oliveira informa que o curso é oferecido pelo Conselho Nacional
427 e são módulos fixos, no entanto, sua sugestão seria acolhida e seria
428 encaminhada a comissão pertinente. A conselheira Eliana Baptista questiona
429 se serão dois dias de curso e recebe a resposta afirmativa da presidente do
430
431
432
433
434
435

436 Conselho Joseni Valim. O Secretário Executivo Alexandre Fraga discorre sobre
437 a agenda do CES. Ressalta que durante o mês de junho haverá a eleição do
438 Conselho Estadual de Saúde e o processo deve ser aberto na Reunião
439 Ordinária do mês de abril com a divulgação do calendário eleitoral. Prossegue
440 ao dizer que em junho é realizado o processo eleitoral e posse no início do
441 mês de julho. A presidente Joseni Valim coloca a programação apresentada
442 em votação. A mesma é aprovada. Prossegue ao expor o calendário de
443 atividades: Fevereiro: Encontros Regionais; 27 a 02/03 – Etapa Nacional da
444 1ªCNVS. Março: 08 e 09 - Oficina de Formação para o Controle Social do SUS
445 – Região Metropolitana e CES; Fórum Social Mundial; 22 e 23 - Oficina de
446 Formação para o Controle Social do SUS – Região Sul e Regiões
447 Norte/Central. Abril:02 a 08 – Semana da Saúde; 19 – Abertura do Processo
448 Eleitoral do CES. Informa que o calendário foi colocado até um determinado
449 momento, pois, será complementado com outras atividades. O senhor Dauri
450 Correia questiona sobre a logomarca do governo que foi utilizada nos
451 materiais entregues no ultimo evento realizado ao invés da logomarca do
452 CES. A presidente do CES Joseni Valim responde que o material foi fornecido
453 pelo Conselho Nacional de Saúde, por isso, a logomarca utilizada era dos
454 mesmos. A presidente elogia o evento realizado “conselho Presente”. A
455 reunião Ordinária é encerrada.

508

509

510

511

512

JOSENI VALIM DE ARAUJO

513

Presidente

514

Conselho Estadual de Saúde – CES/E

515

516

517

518

519

520

ALEXANDRE DE OLIVEIRA FRAGA

521

Secretario Executivo

522

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

